

ALAGAMAR



SUPLEMENTO ESPECIAL

FIRMES NA TERRA

CRD
caixa postal 5241

74000 - GOIÂNIA - GOIÁS.

"19 DE MAIO: LUTAS E VITÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA."

1980

<<ALAGAMAR: firmes na terra >>

SUPLEMENTO ESPECIAL DE

"1º DE MAIO: LUTAS E VITÓRIAS
DA CLASSE TRABALHADORA, Nº 2
1980".

Pedidos para:

CRD - Caixa Postal nº 5241
74.000 - Goiânia - Goiás.

Preço em separado: 3,00 para
pedidos acima de 20 exempla-
res.

Amigos,

Já estava pronto o 2º número da série "1º DE MAIO: LUTAS E VITÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA", quando recebemos dos companheiros do nordeste uma carta contando como está a situação dos lavradores de Alagamar, na Paraíba.

O CRD resolveu então fazer um Suplemento Especial. Neste suplemento nós repetimos a história contada no livrinho 1º de Maio do ano passado e acrescentamos as novas lutas e as novas vitórias que a classe trabalhadora teve em Alagamar durante este período.

As ilustrações da parte interna deste suplemento foram tomadas do "CADERNOS DO CET, Série Trabalho, Nº 8: DA ROÇA PARA A CIDADE".

HISTÓRIA DA LUTA E DA VITÓRIA EM ALAGAMAR - 1ª PARTE.



A luta dos lavradores de Alagamar é conhecida. Muitos trabalhadores acompanharam e aprenderam muito com ela. Alagamar fica no Estado da Paraíba. Durante muitos anos morou lá um fazendeiro chamado Arnaldo Maroja. A fazenda tinha bastante terra. Mais de 4 mil pessoas trabalhavam naquela terra.

Mas o fazendeiro morreu e deixou a terra para ser dividida entre quarenta e dois herdeiros. Esses herdeiros eram todos homens ricos e não precisavam da terra prá viver.

Aí começou o desassossego das setecentas famílias de Alagamar. Mesmo sem precisar os herdeiros queriam a terra para vender. E começaram a apertar nós lavradores para nós sair da terra. Mas ninguém de nós tinha lugar para onde ir. Todos vivíamos aí há muitos anos sempre pagando arrendo para o dono da terra.



Aí começou a nossa luta de paciência. Os proprietários da terra soltaram o gado dentro das nossas lavouras, fizeram cercas dentro das nossas roças, plantaram cana no meio do nosso mantimento. Ficamos sem ter o que comer. Sobraram só os coqueiros. Mas aí os fazendeiros não deixaram mais nós lavradores colher os côcos para comer.

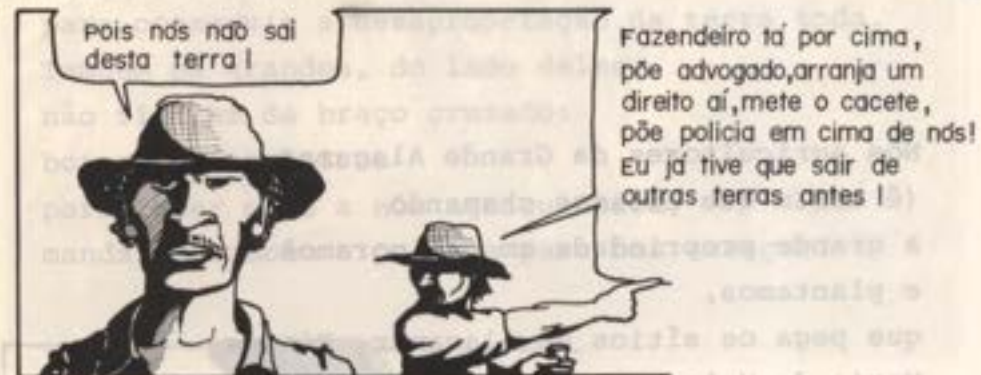
Nós de Alagamar sabia que só tinha um jeito de lutar contra os patrões. E esse jeito era lutar unido contra tudo que viesse. Fomos no Sindicato. Fomos na Federação. Fomos no delegado, no juiz, em todas as autoridades que podíamos ir. E nas que não podíamos ir, escreviamos cartas. Escrevemos cartas até para o presidente da república.



Mas nenhuma autoridade tomou providências em nosso favor. A polícia como de costume tomou o lado dos ricos. O juiz ameaçou todos nós de prisão. Mas contra tudo isso nós respondemos com nossa união apoiados pelos amigos e companheiros trabalhadores de outros lugares do Brasil. E até de outros Países.

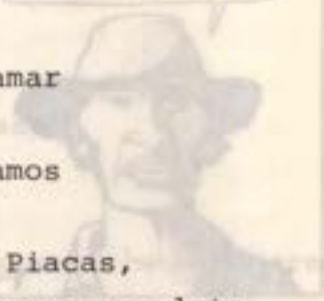
Pegamos o gado dos fazendeiros e tiramos de nossas roças. Derrubamos as cercas dos proprietários, fizemos mutirão e arrancamos muda por muda todos os pés de cana que tinham plantados no meio das lavouras.

Quando os patrões quiseram proibir nós de arrancar os côcos. Cercamos os patrões e os jagunços e obrigamos eles a fugir. E continuamos a exigir uma solução: Que o governo fizesse a reforma agrária para resolver o nosso problema.



Até que depois de tanta luta e de tanta teimosia apareceu o começo da solução: no dia 9 de novembro de 1978 conseguimos que o governo federal decretasse a desapropriação de dois mil hectares de terra em Alagamar (a terra todo tem 13 mil hectares).

Era a nossa grande VITÓRIA. A VITÓRIA da união do povo trabalhador de Alagamar, que tinha conseguido ficar na terra contra todas as ameaças e violências dos patrões. Essa foi também uma VITÓRIA de toda a classe trabalhadora do Brasil, que deu ajuda e solidariedade a seus irmãos de Alagamar.



Nós agricultores da Grande Alagamar (é assim que estamos chamando a grande propriedade em que moramos e plantamos, que pega os sítios de Alagamar, Piacas, Maria de Melo e Caipora), continuamos na luta. Já conseguimos uma vitória, o decreto de desapropriação de dois mil hectares. Mas são treze mil hectares que tem que desapropriar para poder atender a todos nós que somos 700 famílias.

Desde a data do decreto da desapropriação, muita coisa aconteceu. Ficamos esperando a aplicação do decreto, mas não ficamos de braços cruzados. Continuamos juntos fazendo nossas roças comunitárias, cuidando da nossa casa de farinha comunitária, arrancamos as cercas que os proprietários botavam.

Continuamos lutando na justiça para conseguir a desapropriação da terra toda. Também os grandes, do lado deles, não ficaram de braço cruzado: botaram pistoleiros para fazer medo a nós agricultores, mandaram também a polícia para nos ameaçar.



Mas nós não desistimos: Ficamos firmes na terra. Em abril de 79, os proprietários encurralaram cinco agricultores sozinhos, na frente do governador e de militares fardados, sem advogado dos trabalhadores junto, nem nada. Obrigaram os cinco a fazer um acordo de que nós ia plantar até dia 10 de dezembro, e nessa data o dono podia soltar o gado nos roçados.



Mas nós não podia aceitar esse acordo. Nós vimos que foi contra a lei, porque pelo Estatuto da Terra não existe contrato de 8 meses, também porque foi assinado sem a presença de nenhum advogado do órgão de classe dos agricultores, também porque tem 59 trabalhadores que não assinaram nem assina.



Quando foi no dia 26 de dezembro, o proprietário soltou 200 reses nos nossos roçados. Nós fomos e botamos as reses prã fora, só ficaram 20 cabeças, que ainda comeram muito dos nossos roçados. Teve uma que morreu bêbada com as folhas de mandioca que comeu. O jornal A UNIÃO, de João Pessoa, publicou que nós agricultores tinha matado 3 reses e queimado duas, mas isso não é verdade. Nós, agricultores, afirmamos que a rês que morreu não foi morta pela gente e sim morreu bêbada, com as folhas de mandioca que comeu. As reses que ficaram no roçado só saíram no dia seguinte.

O Secretário de Segurança mandou um destacamento policial para cá, dizendo que era para garantir a tranquilidade. O que aconteceu mesmo foi que chegaram aqui tomando todas as facas peixeiras de nós moradores até as que estavam enfiadas nas palhas da cozinha. Depois disseram que o governador ia chegar e queria se encontrar com todos nós.

Então todos fomos para o lugar indicado.

Chegando lá os policiais tomaram as facas de todos nós e deram 10 minutos para todos desaparecerem.



Nós convidamos os policiais para conversar com a gente. Vejam qual foi a conversa que os policiais vei conversar com a gente: quando vimos, foi uma bomba caindo no meio de nós. A bomba quando estourou ninguém aguentou a catinga de uma fumaça que saia dela. Os policiais empurraram a gente, deram socos, ponta-pês, coronhada de fuzil, e apontavam com metraladoras. Levaram preso um companheiro.



Mas nós não desistimos. Continuamos firmes na terra, com a nossa união.



No dia 30 de dezembro
soltaram outra vez o gado nas nossas roças.
Dessa vez veio até 4 bispos
ajudar a gente a tocar o gado
prá fora dos roçados.
A polícia começou
a levar presos alguns companheiros nossos,
e mais as freiras e outras pessoas da Igreja
que vieram nos apoiar.
Proibiram a gente de fazer reunião,
e proibiram qualquer pessoa de fora
de entrar em Alagamar.

Botaram a gente num "Estado de Sítio"
Mas nós não desistimos.
Continuamos firmes na terra.

Daí a uns dias, no dia 16 de janeiro,
o governador mais o governo federal
ofereceram a solução deles para o caso:
Vão comprar uma parte da terra em questão,
a propriedade Maria de Melo,
e entregar a nós.
E que vão também criar uma cooperativa
que será dirigida por nós, agricultores.

Nós respondemos ao governo
que não tem que comprar a terra,
mas sim que desapropriar conforme a lei.
Que não adianta só um pedaço,
mas tem que ser todo o Grande Alagamar.
Que nós não aceita solução
só para um pouco de agricultores,
que queremos a solução
para todas as 700 famílias.
Que só vamos aceitar parcelas de 25 hectares
como manda o Estatuto da Terra,
e não queremos mais minifúndio.
E que a cooperativa
só deve ser fundada
depois de nós pensar e decidir
junto com todo os companheiros de Alagamar.

Sem querer ouvir nossa palavra,
o governo mandou gente
para fundar uma cooperativa
com um punhadinho de agricultores enganados
que não participam da luta.
Mas nós não desistimos.
Continuamos firmes na terra e na luta.

Consideramos que até agora estamos vencendo,
pois os grandes
nem com toda a sua manha,
sua violência e seu poder
não conseguiram arrancar nós da terra
e nem nos fazer medo.



E a nossa força de resistir tem aumentado
com o apoio dos companheiros trabalhadores
do campo e da cidade,
que estão do nosso lado,
que escrevem cartas nos jornais
para nos apoiar
e nos ajudam de muitos modos.
A nossa luta continua
até que a gente conquiste
a solução justa para todos nós.

